



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da 301ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, realizada no dia 13 de novembro de 2012.

Realizou-se no dia 13 de novembro de 2012, às 09h00, na Sala de Reuniões do Conselho, Prédio 6 da SMA/CETESB, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, a 301ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Compareceram os conselheiros: **Bruno Covas, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Gerson Araújo de Medeiros, Daniel Smolentzov, Antônio Elian Lawand Junior, Yara Cunha Costa, Antônio Carlos de Freitas Júnior, Marcelo Pereira Manara, Maria Auxiliadora Assis Tschirner, Luiz Ricardo Viegas de Carvalho, Nerea Massini, Arlete Tieko Ohata, Isabel Cristina Baptista, Olavo Reino Francisco, Andrea do Nascimento, Rubens Nicaretta Chemin, André Graziano, Daniel Glaessel Ramalho, Isaías Roberto Baptista, Cristina Maria do Amaral Azevedo, Olavo Coutinho Nogueira, Benedito Mascarenhas Louzeiro, Ana Cristina Pasini da Costa, Rui Brasil Assis, Antônio Abel Rocha da Silva, Carlos Alberto Maluf Sanseverino, João Carlos Cunha, Matilde da Costa, Luiz Antônio Cortez Ferreira, Dimitri Auad, Marcos Camargo Campagnone, Sonia Maria Flores Giancesella, Fábio Augusto Gomes Vieira Reis, Simone Aparecida Vieira, Antônio César Simão, Rosa Ramos, Nelson Pereira dos Reis e o conselheiro honorário Prof. Paulo Nogueira-Neto.** Constavam do Expediente Preliminar: 1. Aprovação das atas da 300ª Reunião Ordinária e 87ª Reunião Extraordinária do Plenário; 2. Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva; 3. Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. Constavam da Ordem do Dia: 1. Agenda Internacional – Informes sobre a 11ª COP da Convenção sobre Diversidade Biológica realizada em Hyderabad e Explicação sobre o Papel dos Governos Subnacionais; 2. Apresentação das Ações Desenvolvidas pela Fundação Florestal. Depois de submetidas à votação nos termos regimentais, as Atas da 300ª Reunião Ordinária e da 87ª Reunião Extraordinária do Plenário e de informar que nem a Presidência nem a Secretaria-Executiva tinham comunicações, o **Presidente** declarou que se passaria aos Assuntos Gerais. A conselheira **Andréa do Nascimento** fez a leitura do documento que passa a ser transcrito em sua íntegra: “O movimento de defesa do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, coletivo que reúne diversas organizações e associações civis, informa que está tomando todas as medidas legais possíveis para interromper a aprovação do Projeto de Lei nº 604/2012 encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 18 de outubro do ano corrente, que trata da desafetação de duas áreas do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga com o objetivo de ampliar o Centro de Exposições Imigrantes. O PEFE, como é conhecido, teve seu plano aprovado nesta casa em março de 2008, conforme determina o rito legal; contudo o Governo do Estado, através da Secretaria de Planejamento de Desenvolvimento Regional, está utilizando o mecanismo legal, mas questionável, da desafetação de uma área de quatrocentos mil metros quadrados dessa unidade com vista a uma concessão de trinta anos para iniciativa privada, que deverá construir um megaempreendimento com casas de shows, pavilhão de exposições, hotéis e grande áreas de estacionamento, evitando, desta forma, discutir o plano de manejo ou qualquer outra legislação ambiental pertinente. Do ponto de vista ambiental, tal projeto de lei baseia-se apenas em uma manifestação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente segundo a qual a área destinada ao projeto não possui mais característica de parque, não apresenta mata nativa, desconsiderando que o meio ambiente é algo que envolve muitos parâmetros, características e um conjugado de princípios, condições e arcabouços químicos, físicos e biológicos que permitem a diversidade da vida. Considerando a suma importância do caso, uma vez que se trata da maior área de conservação da Região Metropolitana de São Paulo, compartilhamos essas informações com os nobres membros deste Conselho e, em especial, com seu Presidente e Secretário de Estado do Meio Ambiente, Deputado Bruno Covas”. O conselheiro **Carlos Alberto Maluf Sanseverino** solicitou algumas informações: indagou sobre o programa de gerenciamento de crises e como se poderia obter a programação da SMA para o período de chuvas que se inicia; se este órgão ambiental e a Prefeitura



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

do Município de São Paulo articularam ou estão adotando alguma ação com o propósito de minorar as situações críticas que a população da Cidade de São Paulo enfrenta costumeiramente nesse período; se o CONSEMA será informado sobre o andamento dessa medida ou se poderia de algum modo contribuir para sua implementação. Num segundo momento, perguntou em que estágio se encontra a tramitação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo – se já foi ou não sancionado pelo Governador. Por fim, pediu informações sobre possível intervenção da CETESB na área que, segundo denúncia encaminhada pelo Instituto Educa Brasil à OAB-São Paulo e à Ouvidoria Ambiental, se encontra contaminada e causando sérios danos à saúde dos trabalhadores e ao meio ambiente. Antes de concluir, informou que, no dia anterior, tivera lugar o lançamento pela OAB-São Paulo da última versão da cartilha de mérito ambiental – versão 2012/2013 –, e a solenidade de entrega do Prêmio de Mérito Ambiental Stela Prado a algumas autoridades, entre as quais alguns desembargadores; os atuais Presidentes do Tribunal Regional Federal e do Tribunal de Justiça; o Secretário do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo; o ex-Secretário Especial do Meio Ambiente, Dr. Paulo Nogueira-Neto, e o Secretário-Executivo do CONSEMA, Dr. Germano Seara Filho, que representou a si mesmo e a este Conselho. Declarou que o rigor com que o Secretário-Executivo sempre cumpriu sua função ao longo de mais de vinte anos à frente do CONSEMA torna indiscutível seu merecimento, sobre o que pedia registro em ata. **O Presidente do CONSEMA** informou que a atuação da Secretaria do Meio Ambiente, no tocante aos desastres naturais, é coordenada pelo Instituto Geológico sob a tutela da Casa Militar e da Defesa Civil, com a participação de vários órgãos do SEAQUA. Informou que em breve será feita uma exposição para este Pleno de plano estadual com proposição de medidas para prevenção e remediação dos danos naturais causados pelas chuvas. Esclareceu também que está sendo analisada pela Assessoria Jurídica do Governo-AJG a minuta de decreto que estabelece o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo, etapa esta indispensável para aprovação desse documento pelo Governador de Estado. Em relação à denúncia feita pelo Instituto Educa Brasil averiguaria se, de fato, ela foi encaminhada à Ouvidoria Ambiental e, em caso positivo, as informações solicitadas serão oferecidas. Passou-se ao primeiro item da Ordem do Dia, qual seja: Agenda Internacional – Informe sobre a 11ª COP da Convenção sobre Diversidade Biológica realizada em Hyderabad e explanação sobre o papel dos Governos Subnacionais. **O Presidente do CONSEMA** anunciou que Ana Paula Fava, responsável pela Assessoria Internacional do Gabinete, falaria sobre o papel dos governos subnacionais e, em seguida, Cristina Maria do Amaral Azevedo, coordenadora da CBRN, relatará a discussão sobre a biodiversidade ocorrida no âmbito da 11ª COP. **Ana Paula Fava** informou que apresentaria inicialmente um panorama sobre o papel do Estado de São Paulo no contexto internacional, precisamente no âmbito dos principais acontecimentos mundiais que trataram da questão ambiental, entre eles a Conferência Internacional realizada em Estocolmo em 1972 e a RIO-92. Pontuou que o surgimento das convenções de biodiversidade, de mudanças climáticas e desertificação desencadeou a criação das chamadas “Convention of the Parties”, ou seja, as convenções protagonizadas por países com o propósito de discutir temas globais, especificamente mudanças climáticas e biodiversidade. Acrescentou que a participação do Estado de São Paulo e de outras regiões do Brasil nessas convenções se dá na condição de observadores e através das redes dos Governos Subnacionais, que se situam um patamar abaixo do Governo Nacional. Explicou que essas redes são vias importantes para se relatar para o mundo o papel importante que o Estado São Paulo desempenha, principalmente no que concerne aos temas das mudanças climáticas e da biodiversidade. Portanto, acrescentou, um momento importante foi a aprovação, em 2009, da Política Ambiental de Mudanças Climáticas que o Estado de São Paulo protagonizou e divulgou por ocasião da conferência realizada em Copenhague nesse mesmo ano, o que obrigou o Governo Federal a apresentar, nessa mesma ocasião, seu posicionamento. Citou outras convenções – ocorridas em Dublin, Cancun e Nagoya – em que posicionamentos semelhantes aconteceram. Informou a periodicidade em que são realizados esses eventos – que são bienais – e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

explicou que o Estado de São Paulo participa de doze redes de Governos diferentes, cinco das quais através da Secretaria do Meio Ambiente. Referiu que a “Declaring Public” é uma rede mais focada nas mudanças climáticas e envolve tanto Governos como o setor privado. Lembrou seu importante desempenho na RIO + 20, quando, em assembleia geral, defendeu proposta sobre o que eles chamam de “Clining Evolution”, que consiste em direcionar o Estado e o setor privado para uma mesma via, que é a sustentabilidade na economia verde. Citou outras redes que contam com a participação do Estado de São Paulo e aquela da qual é co-fundador – a Networks of Regional Governments for Sustainable Development, cuja criação ocorreu em Johannesburg, em 2002. Sobre a “Original Leaders” informou que é outra rede da qual também participa e que sediou um evento seu, em abril de 2012, que chegou a reunir duzentos participantes. Fazem parte também dessa rede, comentou, Canadá, África do Sul, São Paulo, Geórgia e Baviera. Informou que, por ocasião desse evento, muito se estimulou a cooperação bilateral e foram assinados vários acordos nessa perspectiva. Teceu elogios à participação de São Paulo no Congresso Mundial realizado em Belo Horizonte em junho de 2012, que antecedeu à RIO+20, e chamou atenção para a importante atuação do Estado também através do Programa Município Verde/Azul. Elencou as tarefas realizadas pela Assessoria Internacional, vinculada ao Gabinete do Secretário de Meio Ambiente, que outra coisa não é senão a porta de entrada de todos os assuntos internacionais relacionados com meio ambiente, que inclui o acolhimento de participantes de missões internacionais que desejam conhecer o trabalho realizado pelo Sistema de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Esclareceu que essa assessoria participa também da organização de eventos internacionais, entre outros, da Conferência Rio+20, da formalização de cooperações técnicas e financeiras que envolvem agentes financeiros internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Banco Mundial e cujos recursos são destinados ao desenvolvimento de programas e projetos voltados para a logística, transporte e ecoturismo, entre outros, e que envolvem parcerias com outros países como Baviera, Alemanha, França, Itália, Portugal e Holanda. **Cristina Maria do Amaral Azevedo**, coordenadora da Coordenadoria de Biodiversidade e de Recursos Naturais, após agradecer a oportunidade de participar da Conferência da Convenção sobre Diversidade Biológica realizada na Índia, ressaltou a importância de relatar essa experiência para os membros do CONSEMA, sobretudo para o Prof. Dr. Paulo Nogueira-Neto, conselheiro emérito do Colegiado que tanto lhe ensinou sobre biodiversidade. Iniciou seu relato lembrando que a Convenção sobre Biodiversidade Biológica, aberta para assinatura em 1992, é uma das convenções globais que conta com maior adesão de países – 192 ao todo – e da União Europeia, e que, não obstante o fato de os Estados Unidos terem declarado sua adesão a ela, o Congresso desse país nunca ratificou tal posicionamento. Explicou que o objetivo central da convenção é a conservação da biodiversidade, que se alicerça no tripé: conservação, uso sustentável e repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da exploração dos recursos genéticos. Desta forma, ela não possui uma concepção exclusivamente conservacionista, na medida em que agrega o uso sustentável e de repartição de benefícios. Passou a relatar os benefícios advindos dessa Convenção, um dos quais a adoção do Protocolo de Nagoya, que garante a soberania de cada país sobre os seus recursos genéticos. Esclareceu que, antes da vigência de tal protocolo, esses recursos eram considerados bens de uso comum da humanidade, princípio este que significava que qualquer país poderia explorar economicamente os benefícios dos recursos biológicos pertencentes a outro país, para desenvolver, por exemplo, um novo fármaco, ou para cultivá-los, sem ofertar qualquer contrapartida ao país ou países de origem desses recursos. Ressaltou, ainda, que o Protocolo de Nagoya tem intenção de criar uma estrutura legal internacional para evitar que esse tipo de apropriação ocorra sem a necessária autorização do país de origem. Ressaltou também a ênfase com que essa convenção defende a proteção dos conhecimentos acumulados pelos povos indígenas e comunidades tradicionais, principalmente por constituírem, efetivamente, a garantia do tripé da biodiversidade. Ofertou informações sobre a estrutura administrativa da Secretaria-Executiva da convenção situada em Montreal e atualmente presidida pelo brasileiro Dr. Bráulio Dias. Destacou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

também temas que vêm sendo discutidos, entre outros, sobre espécies exóticas, avaliação de impacto e apoio financeiro aos países menos desenvolvidos. Explicou ter sido retomada, durante a conferência, a discussão sobre as “Vinte Metas de Aichi”, que se relacionam com o tripé da biodiversidade, e que, no Estado de São Paulo, se encontra em processo de internalização – como bem demonstra a criação da Comissão Paulista de Biodiversidade – e que se pretende sejam consumados até 2020. A despeito de o Protocolo de Nagoya não ter sido ratificado pela maioria dos países, entre os quais o Brasil, relatou a adoção de ações e medidas relacionadas com o regramento do uso dos bens genéticos transfronteiriços. Enfatizou que, para se garantir o cumprimento das Metas de Aichi, chegou-se ao consenso acerca do atendimento a duas necessidades muito importantes, quais sejam: os países desenvolvidos dobrarem o montante dos recursos financeiros que tornam disponíveis para esses países em desenvolvimento, e serem implementados indicadores cuja obediência assegure o rigoroso acompanhamento do cumprimento das contrapartidas a serem ofertadas por esses mesmos países. Argumentou que a discussão também se debruçou sobre alguns temas novos, tais como aprovação da síntese de novos organismos – biologia sintética – à luz do princípio da precaução. Por fim, com vistas a se alcançar a 16ª Meta de Aichi, que diz respeito à restauração de 15% das áreas degradadas, houve consenso acerca da realização de vários eventos e *workshops* regionais com vistas à capacitação local. Esclareceu que, no que tange à preservação da biodiversidade marinha e costeira, o Estado de São Paulo, em termos mundiais, está bastante avançado, principalmente no que se relaciona às APAs marinhas. Esclareceu que, apesar de grande parte dos oceanos não se encontrar sob a jurisdição da Comissão de Diversidade Biológica, por um lado a convenção tem o papel de indicar critérios para definir as áreas prioritárias e, por outro, compete à Assembleia Geral da ONU decidir como elas podem ser preservadas. Citou algumas áreas, no Brasil, consideradas importantes para a conservação, entre as quais o mar de Sargãos; as cadeias do nordeste do Brasil; Fernando de Noronha; o banco de Abrolhos; uma área de alto mar do Chuí até Santa Catarina. Acrescentou terem sido tomadas outras decisões: com relação à biodiversidade marinha – no tocante aos ruídos, à disposição de lixo no mar e à as águas interiores – rios e lagos. Esclareceu que se decidiu também sobre a necessidade da realização de análises de riscos antes da introdução de espécies exóticas. Referiu-se aos importantes esforços que vêm sendo realizados para unificar a base de dados mundial no tocante às espécies exóticas. Informou ainda ter-se decidido nessa conferência que a próxima será realizada na República da Coreia. O conselheiro **Carlos Alberto Maluf Sanseverino** teceu elogios aos brilhantes trabalhos apresentados, pois se trata de exposições bastante ricas e absolutamente importantes, motivo por que solicitava que ambas se tornassem disponíveis para os conselheiros, eventualmente na página do CONSEMA. Pediu informações sobre a existência ou não de plano específico para a utilização dos recursos hídricos que sirva de instrumento para orientar a população sobre o percentual dos aquíferos já utilizados e para diagnosticar se alguns deles correm risco de esgotamento. Explicou que, embora as áreas de alto mar encontrem-se fora do alcance da jurisdição brasileira, elas são de interesse nacional, motivo por que questiona se algum estudo a esse respeito encontra-se em andamento. Lamentou a ausência, nas referidas exposições, de uma inflexão sobre a educação ambiental, que, no tocante à utilização da água, merece abordagem específica. Perguntou também se está em andamento algum plano que propugne a obrigatoriedade, no Estado de São Paulo, da inclusão nas grades do primeiro e do segundo grau da disciplina educação ambiental, pois, apesar de a legislação referir-se a essa matéria, seu ensino ocorre como tema transversal de disciplinas como geografia, história e ciências humanas, o que considera um erro, pelo fato de a construção desse conhecimento se dá de forma muito específica, uma vez que incorpora conceitos complexos e não unívocos, como ambiente e desenvolvimento sustentável, os quais pretendem fornecer uma compreensão crítica e transformadora, e desenvolver valores e atitudes que conduzam os sujeitos da educação a se inserirem em processos democráticos de transformação das modalidades de uso dos recursos naturais e sociais, e a entender a complexidade das relações econômicas, políticas, culturais, entre outras.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Solicitou ao Plenário que examine a questão relacionada com os aquíferos, porque, como é do conhecimento de todos, o grande problema mundial não é de escassez ou abundância, mas de ausência de bom senso. **Cristina Maria do Amaral Azevedo** agradeceu a oportunidade de informar que a primeira meta eleita em Aichi diz respeito à educação e à conscientização ambiental, justamente porque se entende que, sem esse instrumento, não se alcançarão as demais metas. Propôs que, com a concordância do Presidente do CONSEMA, Bruno Covas, fosse feita uma exposição para o Pleno sobre o plano de ação formulado pela Comissão Paulista de Biodiversidade, que explicita como Estado de São Paulo vem se estruturando para alcançar as vinte metas de Aichi. O conselheiro **Carlos Alberto Maluf Sanseverino** declarou que, em nome da OAB, fosse feita essa apresentação, com o que concordou o Secretário Bruno Covas. **Cristina Maria do Amaral Azevedo** informou que, com relação às áreas internacionais marinhas, inquestionavelmente elas despertam interesse global, como bem revela seu reconhecimento por vários especialistas do mundo como áreas importantes para a conservação da biodiversidade dos oceanos. Fruto desse reconhecimento é ter sido conferida à Assembléia Geral da ONU a tarefa de escolher um instrumento para sua proteção, demonstrando-se, assim, que a regulamentação dessas áreas transcende as jurisdições nacionais. Observou também que, com relação à parte das águas continentais dos aquíferos, ela se tornou objeto de decisão em nível internacional, o que reflete o quão imprescindível é o reconhecimento, por parte da população, de sua importância e, em consequência, da necessidade de protegê-los. Tal reconhecimento levou a meta sobre a conservação e restauração das águas continentais a perpassar e se cruzar com a meta da educação e conscientização ambiental. Informou que existe, sim, um plano nacional que oferece as diretrizes para se alcançarem essas metas. Urge, no entanto, que se formule e se discuta um plano estadual – e esse instrumento, pretende-se, deve ser oportunamente apresentado ao Pleno, informando-se desde já que a Secretaria do Meio Ambiente, por meio da Coordenadoria de Planejamento Ambiental e do Instituto Geológico, atuam fortemente na linha de proteção dos aquíferos. O conselheiro honorário **Paulo Nogueira-Neto** declarou que essa discussão lhe interessa muito por ser ele, no Brasil, um dos criadores mais antigos de animais silvestres. Informou que, além dele, existem mais dois criadores registrados na área federal: um em Goiás, e outro em São Paulo. Referiu que a SMA está tratando de registrar criadouros estaduais e que apoia esta afirmação do Estado, porque, por incrível que possa parecer, existe um nacionalismo interno que às vezes prejudica São Paulo. Propugnou uma colaboração entre os Estados, e que atos extremados sejam erradicados. Concluiu afirmando que um fato saudável no Brasil é ser ele uma federação, cujo alicerce é fundado no respeito à ação local com a participação ativa dos Estados. O conselheiro **Carlos Alexandre Ribeiro** declarou que reiterava os elogios feitos às expositoras e que reconhecia a importância das informações oferecidas sobre convenções, protocolos e conferências. Afirmou, porém, que é importante agir. Admitiu que, no entanto, a militância ambientalista de mais de vinte anos estava tornando pouco a pouco desgastante, aos seus olhos, a disparidade entre o discurso feito nesses fóruns e o que efetivamente acontecia na prática, inclusive no que tange à educação ambiental. Alertou os representantes dos órgãos governamentais e da sociedade civil para o risco de se ver transformada a linguagem ambiental em um jargão pseudo-ecológico e para a necessidade de se envolver a população na tarefa de transformar essa situação. Pontuou que, infelizmente, a sociedade não faz uma reflexão sobre o que atualmente acontece em alguns bairros da Cidade de São Paulo, entre outros, Perdizes, Pacaembu, Lapa e Pompeia, cuja tubulação de esgoto, com mais de cem anos – e, portanto, contemporânea de uma época em que não acontecia ainda o fenômeno da verticalização –, não dava conta da demanda atual. Outro problema, a seu ver, muito importante era consequência da não substituição das manilhas, cuja corrosão provoca uma perda de água de 25 a 30%. Observou que toda a cidade se encontra impermeabilizada e que, em breve, os lençóis freáticos serão tomados pelos esgotos, o que chamou de “revolução das merdas”. Afirmou que seu alerta dizia respeito também à necessidade de se oferecer solução para outros problemas práticos, como, por exemplo, aquele gerado nas águas marítimas pelo lixo, com o qual travava atualmente grande



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

batalha. Outro problema dizia respeito à destinação do plástico – pois só 2% do que se utiliza é reciclado e, para mitigá-lo, está-se implantando no litoral paulista a primeira usina de reciclagem. Observou que, no entanto, as empreitadas em curso só serão bem-sucedidas com a colaboração da sociedade. A conselheira **Sônia Maria Flores Giancesella** cumprimentou as duas apresentadoras e perguntou quais medidas vinham sendo adotadas para a restauração da biota aquática do Estado de São Paulo. Observou que se têm feito discussões sobre parques e áreas de proteção, mas não sobre a restauração da biota aquática, que tem sido dizimada nas últimas décadas. **Cristina Maria do Amaral Azevedo** observou que lhe era cara esta questão e informou que atualmente tem-se promovido a restauração da mata ciliar – o que é um bom começo para se ter um ambiente propício para a biodiversidade aquática. Argumentou que infelizmente não se produz atualmente – e isso ocorre não só no Brasil – conhecimento científico sobre restauração de biodiversidade aquática nem tampouco sobre conservação. Enfatizou que, no entanto, será muito auspicioso para essa questão o Encontro Paulista de Biodiversidade que, com a participação de importantes especialistas que nunca se reuniram no Brasil, ocorrerá nos próximos dias 29 e 30 de novembro no Auditório Augusto Ruschi/CETESB. Lembrou que, no Estado de Minas Gerais, já houve algumas iniciativas e foram feitos alguns experimentos nessa linha. Passou-se ao item dois da Ordem do Dia, qual seja, a apresentação das ações desenvolvidas pela Fundação Florestal – FF. **Cristina Heilig** agradeceu a confiança que o Diretor-Executivo da Fundação Florestal–FF nela depositou e declarou ser engenheira agrônoma e coordenadora do Núcleo de Regularização Fundiária desse órgão. Ofereceu dados sobre a história da FF, entre outros, sobre sua criação, que ocorreu em julho de 1986, e a modificação de seu estatuto com a edição do Decreto nº 51.453, de dezembro de 2006, que criou o Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR e atribuiu à FF a função de gestora de uma única unidade de conservação, o P.E. Intervalos. Enfatizou que, no entanto, se subordinam atualmente à gestão desse órgão nada menos que noventa e três unidades, das quais quarenta e oito são de proteção integral, quarenta e duas, de uso sustentável, e três Áreas Especialmente Protegidas, embora estas últimas não se enquadrem no Sistema Nacional de Unidades de Conservação–SNUC. Informou que ainda se encontra em processo de elaboração o Projeto de Lei sobre o Mosaico da Jureia, que, se aprovado, fará com que mais uma unidade seja administrada pela FF. Ao todo, serão, então, trinta parques estaduais, dezesseis estações ecológicas, dois monumentos naturais, vinte e sete APAs continentais e três APAs marinhas. Enfatizou que administrar essas unidades constitui grande desafio para a FF e, mais que isso, um desafio monstruoso, pois abarca a elaboração de plano de manejo de três APAs marinhas; duas reservas extrativistas; cinco reservas de desenvolvimento sustentável; quatro áreas de relevante interesse ecológico; uma floresta estadual; dois parques ecológicos – Guarapiranga e Embu –, que não são unidades de conservação, mas áreas protegidas; uma reserva estadual – Águas da Prata –, que, igualmente, não é unidade de conservação, mas área protegida. Lembrou que o processo de reestruturação desenvolveu-se em duas fases e a primeira foi concluída na medida em que as modificações do Regimento Interno se tornaram possíveis, inclusive com a anuência do Conselho Curador da Fundação, do Ministério Público e da Corregedoria das Fundações. A segunda fase ainda se encontra em andamento e sua conclusão está prevista para o próximo ano, pois são necessárias mudanças na legislação vigente, o que requererá a elaboração de novo projeto de lei, que, como de praxe, será encaminhado à Assembleia Legislativa. Apresentou os dados sobre as três diretorias regionais – uma que abrange Baixada Santista, Litoral Norte, Vale do Paraíba e Mantiqueira; outra que abrange o Litoral Sul, Vale do Ribeira e Alto Paranapanema, e a última que se constitui numa gerência metropolitana, que abrange desde São Paulo até Campinas. Relatou a série de procedimentos adotados com os seguintes propósitos: aumentar a eficiência das gestões administrativa e financeira, bem como da capacidade operacional com foco na conservação ambiental; promover a utilização plena e racional da infraestrutura voltada para uso público; aperfeiçoar o serviço de atendimento ao público; promover entendimento com outros setores e segmentos na proteção das áreas; gerar renda e oportunidades para as populações existentes em torno



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

das unidades. Passou-se à discussão. O conselheiro honorário **Paulo Nogueira-Neto** observou que um recurso que utilizou foi incorporar ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação algumas áreas como de relevante interesse ecológico, à semelhança dos tombamentos. Esse tipo de unidade de conservação, a ARIE, segundo o conselheiro, é o único instrumento de que a SMA dispõe para permitir que uma área possua a categoria de propriedade privada, mas sujeita a regras de preservação. Relatou que a primeira área dessa natureza, uma Área de Relevante Interesse Ecológico criada no Brasil foi uma área federal, localizada no território de Matão e de Cosmópolis, de propriedade de sua família. O conselheiro **Antônio César Simão**, depois de reconhecer que as exposições feitas demonstravam que se vinha avançando um pouco no tocante à questão ambiental, indagou por que não se retomava a exposição da proposta de legislação sobre educação ambiental que começou a ser feita em uma das últimas plenárias, mas foi interrompida por falta de energia. O **Presidente do CONSEMA** esclareceu que o processo se encontrava na Consultoria Jurídica da SMA e que, tão logo fosse concluída sua análise, ele seria encaminhado ao Conselho, para apreciação. O conselheiro **Antonio César Simão** sugeriu se fizesse uma discussão sobre educação ambiental, principalmente neste importante momento em que ocorrem mudanças nas administrações municipais. Observou que se discute muito sobre a necessidade de se treinarem os professores e as crianças, mas desconfiava de que não existirá mais meio ambiente quando elas estiverem treinadas. Argumentou que a ameaça que pesa sobre a sobrevivência do meio ambiente faz crer que se tem de atuar rapidamente e, por isso, se deveria, neste momento, lutar para tornar sustentáveis as administrações municipais que iniciam seu mandato nos próximos meses. E um dos primeiros problemas a ser enfrentados é o tratamento do esgoto, uma vez que, em vários municípios, os tubos de amianto já se diluíram, sobrando apenas um buraco por onde continuam saindo o esgoto, que termina atingindo o lençol freático. Propôs que os Secretários de Estado do Meio Ambiente comessem a conscientizar os Secretários Municipais de Meio Ambiente, que, por sua vez, deveriam conscientizar os profissionais do saneamento e da saúde, por exemplo, acerca da forma de se tratar o lixo hospitalar. O conselheiro **Carlos Cunha** manifestou a ansiedade de que as coisas venham para o nível da prática no que se refere à educação ambiental. Lembrou que existe um projeto elaborado no meio estudantil que, aprovado por 1.500 coordenadoras pedagógicas da oficina estadual, chegou a ser recomendado por uma das dirigentes regionais de ensino, Valquíria Catani. Informou que a UNESCO também recomendou esse projeto e que, em 2013, ele será aplicado. Argumentou que, como se via, havia unanimidade em torno da necessidade de se fazer algo sobre educação ambiental, e que fazia este alerta também para os conselheiros, pois estão posicionados na linha de frente. Teceu considerações também sobre as circunstâncias que vivenciou ao longo de sua trajetória no bairro de São Bernardo do Campo chamado Pinheirinha, na qual deu ênfase à parte prática do meio ambiente. Referiu-se às dificuldades para se colocar um projeto em andamento e apresentou alguns exemplos que reforçaram este ponto de vista, como sua experiência com as coordenadoras pedagógicas e com o plantio de sementes que realizou com os alunos no Horto Florestal em 2000. A conselheira **Maria Auxiliadora Assis Tschirner** observou que a maioria dos municípios do Estado de São Paulo não possui canalização de águas pluviais tanto quanto se faz necessário, principalmente nas regiões em que o solo é muito diferenciado, com ocorrência de morros e ausência de drenagem. Tal situação persistia a despeito dos esforços despendidos por alguns ex-gerentes da SABESP que trabalham atualmente em secretarias municipais de saneamento. Reiterou que os prefeitos não demonstram interesse, e os vereadores e outras autoridades, por sua vez, não exigem que os prefeitos se mobilizem para que seja implantada essa infraestrutura imprescindível para a saúde pública. Argumentou que, pela terceira vez, referia-se à falta de limpeza na Rodovia Raposo Tavares, o que constataria nesse dia ao passar de ônibus por essa rodovia. Referiu que a morosidade do trânsito – 10 km por hora – lhe permitiu ver que 80 % das bocas-de-lobo estão cheias de pedras e de entulhos, o que agravará a situação dessa rodovia no período de chuvas que se aproxima. Solicitou que essa reclamação chegue aos ouvidos das autoridades, principalmente dos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

diretores do Departamento de Estrada de Rodagens–DER. Respondendo à questão formulada pela conselheira Simone Aparecida Vieira, **Cristina Heilig** esclareceu que a reestruturação da FF a capacitará a lidar melhor com sua missão institucional – e com certeza não prejudicará o relacionamento dos usuários com as unidades de conservação. Pontuou que, pelo contrário, a reestruturação organizará a Casa para que atenda melhor às demandas feitas por eles, inclusive no que diz respeito ao trabalho de pesquisa realizado juntamente com o Instituto Florestal. Argumentou que os usuários de pronto sequer perceberão as mudanças promovidas. **Sônia Maria Flores Giancesella** sugeriu ao Secretário de Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA que, se possível, solicitasse ao setor jurídico urgência no tocante à apreciação da proposta de legislação para educação ambiental, até mesmo por se tratar de assunto que já esteve na pauta de uma das plenárias anteriores. Declarou que tinha consciência de que se tratava de assunto “capcioso”, mas se angustiava com essa demora, até mesmo porque o debate no CONSEMA poderá exigir mais do que aquele destinado a uma reunião. A conselheira **Yara Cunha Costa** esclareceu que o documento pautado para uma das reuniões anteriores e cuja apresentação fora interrompida por falta de energia dizia respeito tão somente a informações sobre o andamento da discussão acerca da proposta de regulamentação da política estadual de educação ambiental formulada por um grupo instituído no início do ano pelo Secretário e só concluída ao final do mês de maio. Informou que a esse trabalho seguiu-se uma proposta de decreto, que foi encaminhada à Consultoria Jurídica da SMA e aí se encontrava até o presente momento. Argumentou que se tratava de assunto bastante extenso que não poderia ser levado adiante sem a manifestação desse órgão, pois será a partir de seu posicionamento que uma formulação final será proposta a este Conselho. Argumentou que, no tocante à proposta formulada pelo conselheiro Antônio César Simão e relacionada às novas gestões municipais, informava que, com base em publicações já editadas pela SMA e que foram objeto de nova revisão, se confeccionarão materiais, entre os quais manuais de orientação para criação de centro de referência em educação ambiental e de conselhos municipais de meio ambiente. Enfatizou que várias publicações se encontravam no prelo, e não porque foram represadas, mas, sim, porque estavam sendo submetidas a novas revisões, até mesmo em decorrência da reestruturação pela qual passou o Sistema Estadual de Meio Ambiente. Acrescentou que os manuais de monitoria de visitação pública nas unidades de conservação poderão constituir importante eixo de trabalho em educação ambiental. O conselheiro **Antônio César Simão** argumentou que, em sua intervenção, não se referiu à proposta de decreto de regulamentação, mas, sim, a um debate em cujo contexto se definiria o que pode ser feito no tocante à educação ambiental. Isso porque, acrescentou, em todas as discussões que se promove invariavelmente se passa por questões importantes relacionadas com educação ambiental. Fez referência a governos municipais que são refratários a mudanças, como aquele que recebeu verba para implantar no município estação de tratamento de esgoto, “pegou todo o dinheiro e continuou jogando em mananciais e ‘in natura’ todo o esgoto gerado”. Pontuou que só através da educação ambiental é possível mudar esse tipo atitude. Argumentou que defende os municípios, mas que nunca se esquece do enunciado do Governador Montoro, segundo o qual “o cidadão não mora nem no Estado nem na Nação, mas, sim, no município”, e que, por isso, é nele que se deve atuar. Respondendo à questão formulada pelo conselheiro Antônio Abel Rocha da Silva acerca do material didático existente, a conselheira **Yara Cunha Costa** informou que ele é constituído, entre outras publicações, por uma coleção de cadernos ambientais cuja demanda é extremamente grande e à qual se acrescentará mais um número com a edição do décimo sétimo; por uma coleção de caderninhos de educação ambiental voltada para crianças; pelos manuais de visitação há pouco referidos e, enfim, por um número considerável de publicações. Lembrou que há um trabalho direcionado para as prefeituras realizado pelo “Programa Município Verde/Azul”, cujo indicador é o papel da educação ambiental. Enfatizou, com outras palavras, ser esse programa uma entrada importante para a conscientização ambiental. Ao concluir, reiterou que estava sendo preparado um verdadeiro pacote de ações e de propostas a serem desenvolvidas localmente pelas prefeituras, que é uma estratégia da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

qual o Estado poderá lançar mão, sem prejuízo evidentemente de todas as outras. Houve uma troca de informações sobre o FEHIDRO entre os conselheiros **Antônio Abel Rocha da Silva** e **Yara Cunha Costa**, após o que o conselheiro **Carlos Alexandre Ribeiro** propôs que a conselheira apresentasse ao Plenário uma dessas coleções, pois elas poderiam até ajudar o trabalho daqueles que representam organizações da sociedade civil. O **Presidente do CONSEMA** ponderou que a SMA possuía seis coordenadorias, dez assessorias, três institutos de pesquisa, uma fundação e uma empresa, e que a idéia é trazer, a cada reunião, apresentações sobre o conteúdo sobre o qual se debruçam, e as políticas que desenvolvem, e que, com certeza, se aproxima a ocasião em que se discutirão questões ligadas à educação ambiental. A conselheira **Maria Auxiliadora Assis Tschirner** comentou que há seis meses pegara parte do material que guardara em sua casa nos últimos oito, dez anos – material que recolhia em cada evento de que participou, inclusive os cadernos ambientais elaborados pela CEA -, e distribui-o às bibliotecas localizadas em Cotia, Granja Viana e Caucaia do Alto. Explicou que gravou em alguns CDs os 16 cadernos digitalizados que foram fornecidos pela Gestora Sandra da FF, e repassou o material a vários professores. Pontuou que o mesmo procedimento poderia ser adotado com o material ao qual a conselheira Yara Cunha se referiu, o que seria de grande valia para os professores. A conselheira **Rosa Ramos** lembrou já ter sido feita para o Plenário uma apresentação sobre as unidades de conservação, oportunidade em que foram apresentadas a programação de suas instalações, as legislações, o processo de elaboração, discussão e aprovação dos planos de manejo, os prazos para sua implementação, e explicou que essa lembrança a levava a perguntar por que a apresentação nesta ocasião da reestruturação do órgão não se fez acompanhar de informações sobre o cumprimento ou não da programação anunciada naquela ocasião e do cumprimento ou não dos prazos estipulados, ou seja, se foi ou não cumprido tudo o que foi programado, principalmente o que se relacionava com a implementação dos planos de manejo – e se não foram em que situação se encontram. O **Presidente do CONSEMA** propôs que o conselheiro **Olavo Reino Francisco** faça o levantamento e traga ao Plenário a relação de todos os aprovados, porque essa informação atenderia à demanda formulada pela conselheira Rosa Ramos. Esta conselheira aquiesceu ao posicionamento do Presidente. **Benedito Mascarenhas Louzeiro** ponderou que o acervo da CEA poderia tornar-se disponível para os conselheiros no sítio eletrônico da SMA. Depois de troca de pontos de vista entre as conselheiras **Maria Auxiliadora Assis Tschirner** e **Yara Cunha Costa** sobre prazo para conclusão de plano de manejo sobre a unidade de conservação localizada em Botucatu, o conselheiro **Benedito Mascarenhas Louzeiro** reiterou a proposta de que o acervo ficasse disponível no sítio eletrônico da SMA. A conselheira **Andréa do Nascimento** teceu comentários sobre a última reunião da Comissão Temática de Biodiversidade, precisamente sobre pedido formulado por sua presidente à FF com relação a todos os planos de manejo que se encontram em andamento, informando sobre o estágio em que cada um se encontra, pois isso permitirá fazer sua distribuição. O conselheiro **Antonio César Simão** parabenizou mais uma vez as exposições e a discussão sobre educação ambiental e sugeriu que a CEA organize junto com as bibliotecárias das bibliotecas municipais e das escolas um segmento sobre meio ambiente, cujos exemplares ficariam separados e, portanto, em destaque. O conselheiro **Dimitri Auad** referiu-se também a um plano de manejo que tramitava na Comissão Temática de Biodiversidade e que teria de ser novamente apreciado, e que, no tocante ao plano de manejo sobre unidade de conservação localizada na região de Botucatu, seu relatório já fora concluído, o que o tornava apto a ser encaminhado ao Plenário. Quanto à análise, pela consultoria jurídica, da proposta de regulamentação da política estadual de educação ambiental, solicitou que um prazo fosse estipulado, para que essa tarefa fosse concluída. Depois de o conselheiro **Antonio Elian Lawand Júnior** tecer uma série de considerações sobre os aspectos referidos pelo conselheiro Dimitri Auad no tocante à tramitação dos planos de manejo no interior da Comissão Temática de Biodiversidade, formularam novos questionamentos ambos os conselheiros principalmente em relação ao Plano de Manejo do Parque Nacional Vassununga. O **Secretário-Executivo** esclareceu como se dá a tramitação dos planos de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

manejo nas Comissões Temáticas e informou que, embora exista uma minuta de relatório final sobre o de Vassununga, ela não chegou a ser votada, e um novo relator precisa ser designado para conduzir sua análise, uma vez que o anterior não mais pertence à CT. O **Presidente do CONSEMA** declarou ter chegado às suas mãos requerimento de avocação, com o número de assinaturas regimentalmente estabelecido, para apreciação pelo Plenário do EIA/RIMA do empreendimento “Obras de Implantação da Central de Tratamento de Resíduos Sólidos”, em Guará (Proc. 13.608-2007, de responsabilidade de Brasil Ambiental, Tratamento de Resíduos S/A. Colocado em votação, tal pedido foi rejeitado pelo quórum de dez (10) votos favoráveis, dezoito (18) contrários e duas (2) abstenções. A conselheira **Maria Auxiliadora Assis Tschirner** reclamou e disse não entender por que alguns membros do SEAQUA assinaram o requerimento e, agora, votaram contra. O **Presidente do CONSEMA** declarou que uma coisa é o requerimento, outra, a apreciação do mérito, e encerrou a reunião. Eu, **Germano Seara Filho, Secretário-Executivo do CONSEMA**, lavrei e assino a presente ata.